

Economia brasileira tem oscilado demais!

FRANCISCO J. F. BARBOSA

As oscilações têm sido fortes e frequentes. Fortes porque, na queda, ou retração, o emprego e, consequentemente, a produção caem muito. As quedas têm variado de intensidade desde a redução da taxa de crescimento à profunda recessão. Visto graficamente o fenômeno, a distância entre o pico da expansão e o fundo da retração tem sido muito ampla.

Nossos ciclos são curtos: a atividade econômica expande-se rápida e vigorosamente, logo se desequilibra, cai e logo se recupera novamente. Os períodos de expansão poderiam durar 3, 4 ou até mais anos, mas raramente passam de 2, às vezes são de um ano apenas.

Crises são normalmente curtas e expansões, longas. Mas a política econômica brasileira muitas vezes tem-se encarregado de encurtar as expansões e de alongar e aprofundar as retrações. Seria desejável que se modificassem as características dos ciclos brasileiros, alongando-se, evidentemente, os períodos de expansão e limitando-se o prazo e a intensidade das retrações.

Para se ter uma idéia da frequência das oscilações da economia brasileira basta lembrar que, grosso modo, na década dos 60, todos os anos pares foram bons, de expansão, e todos os ímpares, ruins, de retração, ou pelo menos de redução na taxa de crescimento. O ano de 1965 foi de forte recessão, um desastre (Bulhões & Roberto Campos). 1966 foi ótimo, 1974/75 (Simonet), segundo e primeiro semestres, foi o pior período da década dos 70, "justificado" pela crise do petróleo, a mesma crise do petróleo que "justificaria" uma crise em 1980, não tivesse sido este ano excelente.

Nos anos 80, 1980 foi excelente, 1981 foi péssimo (Delfim), 1982, melhor (eleição) e 1983, novamente péssimo. 1984 foi razoável e 1985 será, certamente, muito bom.

AS CONSEQUÊNCIAS

As consequências das amplas oscilações da sua economia são pesados fardos para os brasileiros vêm carregando há bom tempo: nível de emprego muito oscilante, desarticulações sucessivas de significativa

parcela do sistema produtivo, insuficiente especialização da mão-de-obra e até de empresários, relações empregados-empregadores sempre tensas num quadro de permanente renegociação, elevada rotatividade da mão-de-obra, achatamento salarial, bruscas oscilações de demanda tornando mal dimensionados muitos investimentos, capacidade ociosa desnecessária e evitável, produção e oferta abaixo das viáveis, abastecimento irregular, pulverização de investimentos em detrimento de economias de escala, concentração e transferências lamentáveis de renda e de patrimônio reais entre classes, baixo nível tecnológico, falta de regularidade em exportações, baixo poder competitivo interno e externo das empresas brasileiras, e por aí vai. Basta pesquisar que se constatará.

A nível essencialmente macro, observa-se que, na expansão, produz-se, em boa medida, para estocar; na retração, pára-se parcialmente a produção para consumir o excesso de estoque acumulado na fase anterior. Desperdícios enormes de recursos ocorrem em todos os recantos do País.

AS CAUSAS

As causas das amplas oscilações do nível de atividade econômica no Brasil são várias. O mecanismo da evolução econômica é bastante complexo. Muitos fatores estão influenciando cada momento ou fase. Mas merecem destaque três, fundamentais: a inflação elevada, a estrutura rígida de alocação da poupança interna pelo sistema financeiro, e o processo deficiente de avaliação e de tomada de decisão de nossa política econômica.

A inflação elevada, sobreposta à dinâmica do nível de atividade, provoca variações acentuadas nas demandas final e intermediária, principalmente nesta última, induzindo o empresariado a erros graves de dimensionamento de mercado e, consequentemente, erros de decisões de produção, de compras, de investimento e de formação de estoques.

A rígida alocação de poupanças, derivada da vinculação de cada instrumento de captação a um tipo de atividade ou negócio, e ainda funcionando a múltiplos regimes de formação de taxas de juros, tem provocado como que sucessivas torções no sistema

produtivo, devido ao freqüente passeio praticado pelos poupadores de uma forma de aplicação para outra. Como resultado, alguns setores ora são inundados de recursos e expandem-se eufórica e indevidamente, ora, drenados dos mesmos recursos, entram em desativação substancial. Logicamente, esta característica de nosso sistema financeiro estaria ligada mais às oscilações setoriais que às globais. Mas, como o passeio é influenciado pelo próprio nível de atividade, o efeito global torna-se também relevante. O recente desenvolvimento dos fundos de renda fixa e de renda variável é o caso mais atual do passeio dos poupadores.

O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E DE DECISÃO

O processo de avaliação e de decisão de nossas autoridades parece fundamentar-se, ao longo destes anos, exclusivamente na estatística de curto prazo. Faz pensar até que as decisões são tomadas sobre o consenso estampado nas notícias econômicas da imprensa. Algo como política do tapaburacos, ou seja, de agir após os fatos consumados.

Tem faltado quase sempre levar em conta que pode estar em curso a formação de desequilíbrios que, dentro de algum tempo, após criarem força, irão pesar e dar novos rumos às coisas, invertendo as tendências do nível do emprego e da produção.

Foi através desse processo que as restrições impostas ao crédito ao consumidor e à expansão do crédito em geral, a elevação deliberada dos juros, até então subsidiados, visando forçar as empresas a tomarem recursos em moeda estrangeira, a campanha do "trabalhe e poupe", levados a efeito a um só tempo na economia extremamente estocada do final de 1980, levaram-nos a uma das piores recessões dos últimos 25 anos: a de 1981. Como muitos trabalhadores, os empresários devem estar bem lembrados dela: fecharam as torneiras de saída quando a caixa d'água já estava perto de se extravasar, e ainda não levaram em conta que o ladrão — a economia externa — estava entupido.

As duas outras grandes crises referidas, a de 1965 e a de 1974/5, decorreram de avaliações semelhantes.

É de reconhecimento universal a con-

veniência de o governo intervir para ajustar a economia. Porém, pior que não intervir é fazer o contrário do que é necessário no momento ser feito, ou seja, a política econômica andar de pés trocados com a economia. Por incrível que pareça, no Brasil, por vezes administra-se crise na expansão e expansão na crise.

PROPOSTAS DA NOVA REPÚBLICA

A Nova República ainda não nos mostrou sinais seguros de que minimizará as oscilações da economia brasileira, isto é, de que estaremos livres de graves crises de liquidez, de quebradeiras, de fortes quedas de vendas, de produção e de lucros e de elevado desemprego.

Em posicionamentos recentes sobre a economia, o governo manifestou o propósito de fazê-la crescer a uma taxa de 5% ao ano e indicou como atuais as prioridades à inflação. Dos ditos ficou a impressão de que o emprego é prioritário à inflação. Aliás, o ministro defensor da prioridade inversa foi até demitido.

Deduz-se também das declarações oficiais que os instrumentos da política econômica seriam a redução das taxas de juros, cortes não drásticos no déficit público, política salarial mais flexível e controle de preços.

COMBATE À INFLAÇÃO E NÍVEL DE ATIVIDADE

Preliminarmente, cabe observar que o combate à inflação é, antes de tudo, uma questão de oportunidade. Deve ser desencadeado a partir do início de uma recuperação, quando então os estoques da economia estão baixos. A recuperação da demanda intermediária se desencadeia pela necessidade de reposição de estoques, as compras se reativam e assim o nível de emprego, num processo cumulativo e multiplicativo. As empresas em situação financeira favorável alcançam melhor rentabilidade. Os juros em geral baixos (o governo, grande devedor, vem modificando esta característica) e pouco incidentes nos negócios não comprometem a expansão.

Muitos outros aspectos favoráveis se superpõem, mas não cabe discuti-los aqui.

A partir do início da recuperação, o estancamento da expansão monetária, in-

dispensável ao controle da inflação (pela eliminação do déficit público), tem efeito sobre os preços, sem efeitos negativos sobre o emprego. Este expande-se, normalmente, mais cedo e mais rápido se a taxa de juros por baixa ou mais tarde e mais lentamente se a taxa de juros persistir em patamar relativamente elevado.

Devido às próprias características da economia no início da recuperação — estoques baixos, expansão das demandas intermediárias e do consumidor final, juros baixos, liquidez elevada etc — a recuperação se desencadeia, a despeito das restrições monetárias impostas. Mais tarde, constatar-se-á que expandir sem inflação alongará por mais tempo a expansão, minimizando, depois, a intensidade da retração seguinte.

Restrições severas visando o combate à inflação numa economia já acelerada, de elevado nível de emprego, estocada, endividada e ilíquida, com juros altos e rentabilidade declinante nas empresas, a requerer já uma administração minimizadora de crise, conduzem com certeza a crise severa e a forte desemprego. Empurram para baixo o que está desequilibrado, prestes a cair, ou já caindo.

Se examinadas as situações de fins de 1964, de 1973 e de 1980, véspera de períodos negros, ver-se-á que o combate à inflação na fase imprópria sempre teve efeitos catastróficos.

O último ciclo norte-americano foi bastante ilustrativo neste sentido: combateram a inflação no auge da expansão e foi um desastre. E o desastre alongou-se porque ousaram, numa política de alto endividamento do setor público, manter por muito tempo alta a taxa real de juros. Mas mantiveram o arrocho e recuperaram-se depois sem inflação — desta vez a despeito das taxas de juros relativamente altas. Na primeira fase, a taxa de juros alta alongou e intensificou a crise; na segunda, não foi capaz de impedir a recuperação.

Nossa atual recuperação, a partir do segundo trimestre de 1984, tem história parecida, e deu provas do vigor da recuperação a partir de uma situação de estoques bastante baixos. Remou também contra a maré dos juros altos, se bem que com a ajuda da recuperação externa.

Os dois casos de recuperação simultânea a elevadas taxas de juros atestam a possibilidade de a economia expandir, a partir do final da crise, sob o efeito de restrições antiinflacionárias.

Portanto, a partir do início da recuperação, tanto a opção crescer para depois desinflacionar, como a opção desinflacionar para depois crescer são falaciosas. Nesta fase, o combate à inflação não impede o crescimento e crescer também não inviabiliza o combate à inflação. Desinflaciona-se crescendo. Na fase adiantada e já desequilibrada da expansão, nenhuma destas opções se aplica. Cabe apenas administrar a crise, minimizando-a, e assim, os seus efeitos.

No Brasil, somente se convencem da recuperação quando ela já alcança taxas de 10% ao ano. Há poucos dias o dr. Dilson declarou o objetivo de fazer crescer a 5% a economia que já está crescendo, muito provavelmente, a 10% (pelo menos a industrial). Assim, não se combate a inflação na crise, com medo de agravá-la. Da mesma forma durante a expansão, com medo de interrompê-la. Age-se apenas no auge, véspera da crise. Obviamente, dá errado. Entra-se em nova crise. Inverte-se então a política e a inflação fica para depois. Depois não se dá conta da nova recuperação, a inflação retorna, e assim vamos sempre como antes, na terra dos inflacionantes, oscilantes, atarrasantes.

Estamos em adiantada expansão da economia brasileira que, como dissemos, teve início no segundo trimestre de 1984. Desde lá estamos perdendo a oportunidade de desinflacionar com expansão. A Velha República não cuidou do assunto, talvez pelo receio de complicações na área externa e com a intenção de aumentar o emprego. A Nova ainda não se tocou, e parece adotar a prioridade da expansão à inflação.

Corremos, portanto, o risco de, daqui mais alguns meses, na economia já bastante acelerada e desequilibrada, colocarem fortemente o pé no breque e nos enfiarem em nova e desnecessária retração.

Ainda há tempo para uma política econômica antiinflacionária. Mas começa a se fazer necessária uma política anticrise, que deverá passar pela consideração da demanda intermediária (das empresas).

O autor é economista